



- REQUERIMENTO Número /XI (1.ª)
- PERGUNTA Número 663/XI (1.ª)

Expeça-se
Publique-se
05/12/16
O Secretário da Mesa

Assunto: Encerramento da LEONI (Viana do Castelo)

Destinatário: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

As declarações há dias prestadas pelo Ministro da Economia, a propósito do anúncio do encerramento da LEONI, (ex-Cablinal e ex-Valeo), empresa multinacional alemã de produção de cablagens eléctricas para automóveis, e do conseqüente despedimento dos seus 600 trabalhadores, são bem elucidativas. Dizia o Ministro Vieira da Silva que estava surpreendido com a rapidez com que o “processo” avançou, apesar dele (ministro) “estar a par das dificuldades que a empresa vinha a atravessar”. Acrescentou na altura que o Governo estaria a “estudar alternativas”... Isto é: o Ministro conhecia o processo e as dificuldades mas, apesar disso, continuava a não responder aos insistentes pedidos de realização de audiências da parte dos sindicatos que representam os trabalhadores desta multinacional alemã, os quais já em Junho, e novamente em Outubro passados, a tinham solicitado com carácter de urgência. Note-se que estes apelos sindicais tinham plena justificação já que vinham na sequência de uma decisão da Administração da LEONI, de Janeiro de 2009, de instaurar na empresa um regime de lay-off, reduzindo a semana de trabalho a 4 dias por semana e, posteriormente, em Julho, na sequência do despedimento colectivo de 120 dos seus, à data, 723 trabalhadores.

Confessou ainda o Ministro da Economia estar “surpreendido com a rapidez do processo”, facto que mostra à evidência que conhecia já as intenções de encerramento da LEONI, que estava a acompanhar o “processo”, mas que dele não deu nota alguma aos principais interessados – os trabalhadores e as



trabalhadoras – nem tão pouco aos poderes locais (que também se afirmaram surpreendidos), outro tanto sucedendo com a generalidade dos agentes económicos do distrito de Viana do Castelo e do País.

E, como é evidente, esta empresa multinacional alemã não era, nem é, uma empresa qualquer. Já empregara, (no início da década de 90, em que começou por ser Cablinal e posteriormente Valeo), mais de 2500 trabalhadores e trabalhadoras, e é, ainda hoje, uma das empresas com maior volume de emprego neste distrito do Alto Minho. Durante estes anos, sucederam significativas reduções do pessoal contratado, num percurso em que, (não obstante a sua evolução societária), e tanto quanto é do domínio público, recebeu ajudas vultuosas do Estado, concedidos por diversos governos. Na realidade, conhecem-se, pelo menos, apoios concedidos no âmbito dos II e IIIQCA – através dos Ministérios da Economia e do Trabalho e Segurança Social –, em especial dos programas PRIME, apoios à modernização da economia, e do Programa Operacional para o Emprego, Formação e Desenvolvimento. São comumente aceites como verdadeiras, alusões a ajudas conjuntas concedidas nesta fase, bem superiores a dois milhões de euros!

Admite-se que, já mais recentemente, possa a LEONI ter recebido novos apoios do Estado, seja no âmbito do QREN, seja dos apoios ao sector automóvel, no âmbito das decisões de instaurar o regime de lay-off ou no contexto dos apoios decididos pelo Governo para ajudar as empresas durante a crise económica internacional.

Só assim, em parte, se entendem as declarações do Ministro Vieira da Silva e, simultaneamente, se pode induzir que a LEONI, não obstante o tratamento especial e deferente que sempre teve da parte das autoridades nacionais, não o retribuiu na altura de anunciar a sua decisão. Importava, assim, esclarecer melhor a contexto político, económico e social, em que está a ocorrer todo este lamentável processo do anunciado encerramento da LEONI, em Viana do Castelo. Por isso, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Economia e Inovação**, me responda às seguintes questões:

1. Que justificação tem esse Ministério para ter recusado, de forma recorrente e inaceitável, os sucessivos pedidos de realização de entrevista sobre a situação da LEONI que lhe foram dirigidos por sindicatos representativos das trabalhadoras e trabalhadores da empresa?

2. Estando esse Ministério a acompanhar a “evolução do processo”, considera o Governo que isso não é matéria de interesse para as centenas de trabalhadores da empresa? Considera o Governo que o facto de



ter sido decretado e autorizado um lay-off em Janeiro deste ano, e um despedimento colectivo de 120 trabalhadores em Julho, não é matéria suficiente para justificar uma reunião com os representantes dos trabalhadores da LEONI?

3. Das declarações do Ministro confirma-se ou não que o Governo sabia já há muito que a LEONI tinha intenção irrevogável de encerrar a empresa, e que o que faltava era acertar a data mais conveniente para o fazer? Não foi para esconder isto dos trabalhadores e dos sindicatos que o Ministro nem sequer respondeu aos pedidos de entrevista dos dirigentes sindicais do sector?

4. Quais as origens do apoio público recebido por esta multinacional (II QCA, IIIQCA, QREN, outras...) no âmbito do Ministério da Economia, que programas (devidamente discriminados) foram usados para tais apoios nos diferentes quadros comunitários, que volumes de financiamento público, nacional e comunitário, por cada um desses programas, recebeu esta empresa ao longo da sua permanência em Portugal, desde a sua designação original (Cablinal) passando pelas sucessivas designações em função da evolução da sua composição societária (VALEO, LEONI)?

5. Que obrigações contratuais existiam para cada um dos apoios públicos concedidos a esta empresa multinacional no âmbito do Ministério da Economia? Que tipo de obrigações estão ainda em vigor na sequência desses apoios e desses contratos? Em caso afirmativo, o que vai o Governo fazer para que todas elas sejam escrupulosa e inteiramente concretizadas?

6. Que apoios extraordinários recebeu a LEONI do Governo ao abrigo da designada Iniciativa para o Investimento e Emprego, no âmbito desse ministério? Que apoios recebeu a LEONI ao abrigo do "apoio ao sector automóvel"? Que apoios recebeu para a instauração do regime de lay-off que vigorou na LEONI desde o início do ano? Que outro tipo de apoios recebeu a LEONI, ao abrigo da IIE ou de outras medidas decididas pelo Governo para enfrentar a designada crise mundial? Que contrapartidas foram contratualizadas ao abrigo de todos e de cada um destes apoios? Foram ou estão a ser cumpridas pela LEONI?

7. Que alternativas está o Governo a estudar para a LEONI (de acordo com as citadas declarações do Ministro Vieira da Silva)? Considera o Governo sensata e aceitável esta decisão da LEONI num momento em que se começam a vislumbrar, (na opinião do Governo mas não só), indícios de saída técnica da recessão económica? Particularmente, considera o Governo aceitável esta decisão numa altura em que o



sector da produção automóvel começa a anunciar significativos aumentos de produção e o abandono dos regimes de lay-off?

8. Estão ou não, esse Ministério e o Governo, em condições de assegurar que esta decisão da LEONI não é antes motivada pela deslocalização empresarial para Leste ou para qualquer outra parte do mundo onde o factor custo de trabalho seja ainda mais escravo que no nosso País? Vai ou não o Governo investigar a existência de uma possível deslocalização da LEONI, com esta ou com qualquer outra designação formal? Caso isso se confirme o que pensa fazer o Governo para impedir que haja novos apoios públicos comunitários a este tipo de estratégia empresarial?

Palácio de São Bento, 16 de Dezembro de 2009

O Deputado:

(Honório Novo)